



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0008373-78.2017.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**  
Requerente: **Angélica Aparecida Formenton**  
Requerido: **JANAINA DOS SANTOS MARTINS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

A responsabilidade pelo acidente tratado nos autos é incontroversa.

Na audiência de tentativa de conciliação a ré reconheceu ter sido a causadora da colisão em apreço, não ofertando uma única justificativa para tanto ou apresentou qualquer argumento que de algum modo a favorecesse.

O ponto controvertido entres as partes então consiste em saber qual a extensão do dano ocasionado no veículo da autora em razão da colisão.

As provas produzidas nos autos vão de encontro com as alegações da autora.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Isso porque embora as partes num primeiro momento tivessem consentido que os danos no veículo da autora se restringiram a um "trinco" restou suficientemente comprovando que houve desdobramentos a partir deles.

As fotografias de fls. 26/27 comprovam a real extensão do dano, não se denotando qualquer indício de que a autora tivesse o agravado para tirar proveito da situação.

Em suma, a ré não fez prova consistente de suas alegações, não se desincumbindo do ônus que lhe impunha o art. 373, inc. II, do Código de Processo Civil.

Assim, nesse contexto, e à míngua também de impugnação ao valor pleiteado pela autora, o acolhimento da pretensão deduzida é de rigor.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar os réus a pagarem ao autor a quantia de R\$ 2.204,23, acrescida de correção monetária, a partir da elaboração do orçamento de fl. 04, e de juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 07 de fevereiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**